ATA 03

PAUTA: 1 - Proposta de Metodologia Participativa
2 - Elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização
3 - Assuntos Gerais

DATA: 14/11/2017 **LOCAL: Secretaria do Meio Ambiente - SMAM**

As oito horas e trinta minutos do dia quatorze do mês de outubro de dois mil e dezessete, em segunda chamada, na Secretaria do Meio Ambiente - SMAM, iniciou-se a reunião do Núcleo Gestor para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os membros, conforme lista de presença, que faz parte integrante da presente ata, além da cópia impressa da apresentação da Metodologia. Inicialmente, foi dado boas vindas aos presentes pelo Vice-Presidente, Sr. Luiz Roberto M. Gosch. O Vice-Presidente informou aos presentes que cópia da Metodologia foi enviada por e-mail no dia 30/10/2017 aos integrantes do Núcleo Gestor e que as manifestações com relação a metodologia foram recebidas pelo Núcleo Técnico. Foi explicado que será realizada uma apresentação pela equipe da SEPLAN para esclarecimento de como será a Metodologia, e que após a apresentação poderão ser feitas as considerações pelos presentes. O segundo ponto da pauta será a indicação de integrantes para elaboração do Plano de Mobilização. Após foi lida a Ata de número dois, referente à reunião ocorrida no dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete. Após a leitura, a Ata foi aprovada pelos presentes. Após a aprovação da Ata deu-se início a apresentação da Metodologia pela integrante do Núcleo Técnico, Sibele Fiori. Inicialmente foi realizada a apresentação dos integrantes do Núcleo Técnico que está trabalhando na revisão do Plano Diretor e salientado que o material com a metodologia foi enviado por e-mail no dia 30/10/2017 para leitura, debate e sugestões a respeito da metodologia. A apresentação teve início com a história da evolução dos marcos legais do município. O primeiro Plano Diretor do município de Passo Fundo é de 1953 e tratava da leitura do território e áreas que não deveriam ser ocupadas por serem insalubres. O segundo Plano Diretor foi o PDDU que teve início em 1979, mas virou lei apenas em 1984. Este Plano já previa índices e definição do perímetro urbano, buscando ocupar as áreas dentro do perímetro urbano com a criação das perimetrais. Em 1993 foi criada a Secretaria de Planejamento. Em 2006 foi elaborado o PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, com uma visão diferente, levando-se em conta as questões ambientais, além da exigência dos recuos laterais e frontais e redução dos índices. O Plano que está em desenvolvimento deverá definir qual a situação futura que se quer para o município, ou seja, quais são as diretrizes para o futuro. Com o advento do Estatuto da Cidade se obrigou que se estude o desenvolvimento urbano e rural, com olhar de todo o município e todos os diferentes enfoques de cada Plano desenvolvido e os avanços conseguidos ao longo do tempo. Após a introdução foi mostrado as etapas que deverão ser seguidas na metodologia, de acordo com o especificado no Ministério das Cidades. Deverá ser discutido quais são as diretrizes para o futuro. O Ministério recomenda que o processo seja iniciado com audiência, lançamento inicial, definição das equipes e composição do Núcleo Gestor. É recomendado a leitura técnica e leitura comunitária na fase de diagnóstico e definir quais as etapas. Foi explicado que antes se utilizava a denominação de espaço urbano e hoje se utiliza a denominação de planejamento do território para englobar a área rural. Foi destacado que muito mudou pensando no viés ambiental, viés social, desenvolvimento econômico, bem como a questão política, ou seja, várias interfaces que interferem no processo de desenvolvimento do planejamento de uma cidade. O processo será organizado de maneira que se tenha começo meio e fim. São vários passos, preparação (estruturar como será feita a revisão), diagnóstico, concepção e formatação do Plano para após transformar em legislação. Após aprovação da legislação tem de implantar e monitorar a aplicação desta legislação. Foi lembrado

que muitos dos integrantes do Núcleo já devem ter participado na elaboração do Plano anterior (2006). As discussões do Plano de 2006 ocorreram de 1999 a 2005. O Estatuto da Cidade prevê a gestão democrática da cidade, tem de trabalhar com a participação da comunidade através de audiências, seminários, ou outros instrumentos. A linguagem utilizada deverá ser de fácil entendimento. A divulgação das reuniões deverá ser ampla e realizada com no mínimo 15 dias de antecedência, informando horário e local. Deve haver debates com segmentos sociais e alternância dos locais de discussão. Todo material produzido também deverá ser disponibilizado. Foi explicada as maneiras de participação que serão utilizadas e como cada uma deverá ser realizada. Para cada etapa está previsto um produto que deverá ser aprovado. Foi lembrado que o município possui vários planos que contribuirão na elaboração do Plano Diretor (Plano Urbanístico Local, Plano de Estruturação, Plano de Desenvolvimento, Plano de Saneamento e Plano de Mobilidade). O produto da Etapa 01 é a metodologia, que está sendo discutida para aprovação. O produto da Etapa 02 é o diagnóstico participativo. Na etapa 02 será realizada a análise do Plano de 2006 (Plano em vigor), com divisão territorial. As reuniões serão realizadas por região, sendo utilizada as 05 macrozonas dentro do perímetro urbano. Este cálculo foi realizado levando-se em consideração a população de cada região. As atividades serão presenciais. Deverão ocorrer no mínimo 14 oficinas avaliativas. As reuniões iniciarão com um nivelamento de acordo com o conhecimento dos presentes e realização de debates, levantando-se os pontos positivos e negativos da região, com uma compilação e sistematização da participação, resultando em uma minuta a ser debatida com a comunidade. A etapa 03 são as proposições e concepção em si do Plano Diretor. Na etapa 03, as oficinas propositivas serão organizadas por tema, com a realização de seminários para correlacionar os temas e validar o produto. Serão realizadas no mínimo 02 oficinas propositivas por grupo temático, sendo 10 oficinas no total. As reuniões iniciarão com um nivelamento do conhecimento dos presentes e debates a partir do olhar de cada comunidade. Os grupos serão divididos por sala, com uma subdivisão por grupos. As propostas serão filtradas e as 05 propostas mais votadas irão para plenária. Após a oficina propositiva será realizado um seminário com apresentação de todas as propostas e a viabilidade de cada uma. As propostas não votadas, não serão descartadas, apenas colocadas como não prioritárias. Etapa 04 elaboração da Minuta do Projeto de lei. Na Etapa 04 será realizada a formatação das propostas pactuadas com a comunidade, proposta de elaboração de uma minuta de lei e divulgação dos resultados. Após aprovação será aberta a conferência de aprovação da proposta do Plano Diretor. Esta conferência será realizada em 03 momentos distintos. A conferência será iniciada com a posse dos delegados eleitos na etapa 02. A proposta é que sejam eleitos 96 delegados. O cálculo foi feito considerando-se 01 delegado para cada 6 mil habitantes. Após a definição dos delegados deverá ser realizada a aprovação de um Regimento Interno da conferência e após aprovação do Regimento será aberto o período de consultas públicas para manifestações e contribuições da comunidade. Estas contribuições deverão ser realizadas por escrito, em diversos meios (formulários on-line, e-mail, formulários distribuídos nas reuniões). Todas as contribuições constarão em relatórios disponibilizados ao público em geral. Durante a Conferência Final, apenas os delegados terão direito a manifestações e a voto a respeito da minuta do Projeto de Lei. O Núcleo Técnico irá propor uma minuta de Regimento Interno para funcionamento das conferências. Ao final da conferência será revisada a minuta de lei para envio a Câmara de Vereadores para aprovação. Após a aprovação deverá ser realizado o acompanhamento da aplicação da nova legislação. Após a apresentação o vice-presidente abriu espaço para contribuições. O membro do Núcleo Gestor, Thiago Capuano, representante da UAMPAF, se manifestou a cerca da clareza da forma como foi descrita a Metodologia e sugeriu um desmembramento com uma parte normativa e separação dos procedimentos e ações, destacando

cada etapa em forma de anexo. Isso facilitaria o entendimento para a contribuição das pessoas. Eliana Bortolon, representante da Secretaria da Saúde disse que após a apresentação a metodologia ficou mais clara. O membro da Equipe da prefeitura, José Carlos disse que deverá ser realizado o detalhamento de cada oficina na dinâmica. Paulo Carbonari, representante da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, cumprimentou a Equipe e destacou que é possível aprimorar a metodologia com o envio de propostas e realização de debate na próxima reunião. Marcos Gerhardt, representante do CRESOL sugeriu a elaboração de um sumário e não sendo necessária a alteração no texto como solicitado pelo representante da UAMPF. Carla Portal, representante da UPF sugeriu a elaboração de um caderno explicativo, e que cada membro elabore suas anotações para discussão na próxima reunião. Ademar Marques, representante da Agenda 21 disse que não existe uma cultura de planejamento urbano de forma participativa. Este processo deverá levar à comunidade o conteúdo da dinâmica para evitar questões relevantes e utilizar uma forma de exposição mais didática à população. Deverá haver uma participação mais efetiva do Núcleo Gestor para colaboração. Sibele solicitou que seja definido um grupo para trabalhar na elaboração do Plano de Mobilização. Após as manifestações o vice-presidente solicitou que os membros do Núcleo Gestor se candidatassem para formação do grupo para elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização. Foram inscritos para participação Paulo Carbonari (CDHPF), Ademar Marques (Agenda 21), Eliana Bortolon (SMS), Monclar Margotto Junior (SEF), Thiago Capuano (UAMPAF), Andréia Mussi (IMED), Glenda Mendes (Comunicação Social PMPF). Os candidatos deverão se reunir para definir um esboço do plano para a próxima reunião que ocorrerá no dia 20/12/2017. Ficou definido que o limite para elaboração do Plano de Mobilização será a reunião de janeiro. Para a reunião de dezembro deverá ser finalizada e aprovada a metodologia e já ter um esboço do Plano de Mobilização. Este esboço do Plano de Mobilização e contribuições à metodologia deverá ser enviado ao Núcleo Técnico com no mínimo 10 dias de antecedência para posterior encaminhamento aos membros do Núcleo Gestor para sistematização. Foi relembrado aos presentes que a próxima reunião, conforme Regimento Interno será dia 20/12/2017 às 08h15min em primeira chamada e 08h30min em segunda chamada na Secretaria do Meio Ambiente - SMAM. A pauta será: Finalização da Metodologia e primeira versão do Plano de Mobilização. A reunião encerrou-se às dez horas.

REUNIÃO NÚCLEO GESTOR
14/11/2017 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMAM

PAUTA:
1 - Proposta de Metodologia Participativa
2 - Elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização
3 - Assuntos Gerais

I - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	TITULAR: Ana Paula Wickert	
	SUPLENTE: Leandro Trizzini Moreira	
	TITULAR: Karine Knob	
	SUPLENTE: José Carlos Arruda	
NÚCLEO TÉCNICO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR	TITULAR: Paulo Antonio Busi de Severo	
	SUPLENTE: Chris Bortoluzzi Bilibio	Chris B. Bilibio
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	TITULAR: Adolfo de Freitas	
	SUPLENTE: Caroline Thans Seganfredo	
SECRETARIA DE OBRAS	TITULAR: Felipe Scipioni	
	SUPLENTE: Gislaine Praetorius Mello Alves	
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	TITULAR: Rubens Marcon Astolfi	
	SUPLENTE: Gemanir Dalberto Rocha	

SECRETARIA DO INTERIOR	TITULAR: Betania dos Santos Lodi	
	SUPLENTE: Thiago da Silveira Peracchi Barcellos	
SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS	TITULAR: Cristiam Thans	
	SUPLENTE: Edson de Araújo	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	TITULAR: Carlos Eduardo Lopes da Silva	
	SUPLENTE: Juliana Barbosa Riffel	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TITULAR: Edemilson Jorge Ramos Brandão	
	SUPLENTE: Fernando Carlos Bicca	
SECRETARIA DE SAÚDE	TITULAR: Eliana Bortolon	
	SUPLENTE: Luiz Artur Rosa Filho	
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	TITULAR: Paulo César Caletti	
	SUPLENTE: Altair Martins	
SECRETARIA DE SEGURANÇA	TITULAR: João Darci Gonçalves da Rosa	
	SUPLENTE: Nelson Jandir Feula Filho	
SECRETARIA DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	TITULAR: Wilson Pedro Lill	
	SUPLENTE: Diego Roman dos Santos	

SECRETARIA DE FINANÇAS	TITULAR: Dorlei Francisco Maffi	
	SUPLENTE: Monclar Margotto Junior	
SECRETARIA DE CULTURA	TITULAR: Pedro Almeida	
	SUPLENTE: Fernanda X. Theis	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	TITULAR: Marlise Lamaison Soares	
	SUPLENTE: Eliana Fátima de Zorzi	
PASSOTUR	TITULAR: Diorges Oliveira	
	SUPLENTE: Luciano Fortes	
CORSAN	TITULAR: Altair Matter	
	SUPLENTE: Monica Vanzo	
IBAMA	TITULAR: Nara Salomão	
	SUPLENTE: Flabeano Lara de Castro	
FUNAI	TITULAR: Luiz Carlos Silva Junior	
	SUPLENTE: Mauro Leno Silvestrin	

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
AEAPF	TITULAR: Márcio André Borin	
	SUPLENTE: Eduardo Rossatto	
OAB	TITULAR: Otavio Jorge Tagliari Daniel	
	SUPLENTE: Flávio Benvegnú Júnior	
SINDUSCON	TITULAR: Marco Antônio Benvegnú Lima	
	SUPLENTE: Edival Balen	
ACISA	TITULAR: Marco Antônio Silva	
	SUPLENTE: Enéia Verdi	
CRECI- passofundo@creci-rs.gov.br - 33119766	TITULAR: João Alberto Quaresemin de Oliveira	
	SUPLENTE: Valdir Perin Salles	
AGENDA 21	TITULAR: Izabel Cristina Lopes	
	SUPLENTE: Ademar de Oliveira Marques	
GESP	TITULAR: Paulo Fernando Cornélio	
	SUPLENTE: Flávia Biondo da Silva	

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS	TITULAR: Mirian Carasek	
	SUPLENTE: Débora Shöffel	
CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE PASSO FUNDO	TITULAR: Franciel Risson Bachi	
	SUPLENTE: Simone Zanetti	
UPF: arquitetura@upf.br	TITULAR: Carla Portal Vasconcellos	
	SUPLENTE: Márcia Cristina Hunther	
IMED: francieli.teixeira@imed.edu.br	TITULAR: Andréa Quadrado Mussi	
	SUPLENTE: Caliane de Almeida Silva	
UAMPAF	TITULAR: José Rodrigo dos Santos	
	SUPLENTE: Thiago Capuano	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BAIRRO SÃO JOSÉ	TITULAR: Ademir José Moraes dos Santos	
	SUPLENTE: Ruberson Stieven	
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO	TITULAR: Paulo César Carbonari	
	SUPLENTE: Leandro G. Scalabrin	

SINDICATO RURAL	TITULAR: Felipe Alves Badotti	
	SUPLENTE: Antoli Fauth Mello	
CRESOL	TITULAR: Marcos Gerhardt	
	SUPLENTE: Luiz da Silva de Jesus	
CEDEDICA	TITULAR: Andrea Caon Reolão Stobbe	
	SUPLENTE: Juliana Biskup Ferraz	
COMPEDE	TITULAR: Fábio Flores	
	SUPLENTE: Emerson Drebes	Emerson Drebes
FUNDAÇÃO BENEFICENTE LUCAS ARAÚJO	TITULAR: Celso Lehmann da Silva	
	SUPLENTE- Luiz Costella	
CMDI	TITULAR: Leonardo Bussolotto	
	SUPLENTE: Demétrio Cristiano Silva do Nascimento	
	TITULAR: Ubiratan Oro	
	SUPLENTE: Luiz Roberto M. Gosch	